

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

**COMPETÊNCIA SOCIAL DAS CRIANÇAS ADOTADAS: RELAÇÃO COM AS  
REAÇÕES PARENTAIS ÀS EMOÇÕES NEGATIVAS DOS FILHOS**

**Marta Maria Correia de Campos Azevedo Moreira**

outubro 2014

Dissertação apresentada no Mestrado em Temas em Psicologia, na área de especialização de Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Criança, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Maria Adelina Barbosa-Ducharne e co-orientada pela Professora Doutora Orlanda Cruz.

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Este estudo integra-se num projeto de investigação mais abrangente “Preditores individuais, familiares e extrafamiliares da competência social em crianças adotadas”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa de doutoramento SFRH/BD/77316/2011, atribuída à doutoranda Joana Lara Ferreira Soares, em desenvolvimento na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), sob a orientação da Professora Doutora Maria Adelina Barbosa-Ducharne e do Professor Doutor Jesus Palacios (Universidade de Sevilha). O projeto de investigação foi aprovado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (autorização nº 3912/2013) e pela Comissão de Ética da FPCEUP. Foi ainda assinado um Protocolo de Colaboração específica com o Instituto de Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP).

De forma a facilitar uma divulgação de resultados preliminares desse projeto, e dada a importância da investigação nesta temática para a promoção do bem-estar das famílias adotivas, considerou-se pertinente elaborar esta tese sob a forma de artigo científico, a submeter para publicação na *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*.

Uma vez que o estudo aqui apresentado é parte de um projeto de doutoramento, serão coautores deste artigo científico a Joana Soares, como doutoranda, o Professor Doutor Jesus Palacios da Universidade de Sevilha, como orientador do projeto de Doutoramento, a Professora Doutora Maria Adelina Barbosa-Ducharne, como orientadora do projeto de Doutoramento e deste Mestrado e a Professora Doutora Orlanda Cruz, como co-orientadora do Mestrado.

Não poderia concluir esta jornada sem antes agradecer a todos os que, de alguma forma, contribuíram para a facilitar e tornar mais agradável.

Agradeço aos pais e crianças que aceitaram partilhar connosco as suas vidas e experiências e que nos acolheram tão bem nas suas casas. Sem a sua boa-vontade este projeto não seria possível.

Agradeço às Técnicas dos Serviços de Adoção por facilitarem a execução deste projeto ao disponibilizarem parte do seu tempo na seleção e contacto às famílias.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Maria Adelina Barbosa-Ducharne, por me ter despertado e feito apaixonar pelo tema da adoção e por me ter guiado ao longo deste percurso.

Agradeço à Joana Soares, muito, pela sua sempre pronta e incansável disponibilidade e orientação.

Agradeço à minha co-orientadora, Professora Doutora Orlanda Cruz, pela valiosa ajuda sempre que necessário.

Agradeço ao Professor Doutor Jesus Palacios pelo seu contributo na execução deste projeto.

Agradeço às minhas colegas do grupo de investigação, companheiras nesta longa viagem, pelos momentos de partilha e animação nas longas horas que passamos juntas.

Agradeço aos pilares da minha vida, os meus pais, o Tiago e o meu irmão por estarem sempre presentes.

*"Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós."* (Antoine de Saint-Exupéry)

Muito obrigada a todos!

## Resumo

A competência social é frequentemente apontada como uma área vulnerável no desenvolvimento da criança adotada. Neste estudo pretende-se caracterizar a competência social de crianças adotadas de idade escolar e identificar que variáveis relativas às crianças, aos pais e à interação pais-filhos, nomeadamente, as reações parentais às emoções negativas dos filhos, são preditores da competência social. Participaram neste estudo 119 pais adotivos de crianças com idades entre os 8 e os 11 anos. A competência social das crianças e as reações parentais às emoções negativas dos filhos foram avaliadas, respetivamente, através da Escala de Habilidade Sociais e Problemas de Comportamento – Versão para Pais (EHSPC-P) e da Escala de Reações Parentais às Emoções Negativas (RPEN). Os resultados mostram que as crianças adotadas detêm adequadas habilidades sociais mas apresentam problemas de externalização e hiperatividade e défice de atenção, sobretudo os rapazes. As experiências de negligência prévias à adoção, a escolaridade dos pais, as reações parentais negativas e os problemas de comportamento são preditores das habilidades sociais da criança adotada. O tempo de acolhimento, as reações parentais negativas às emoções dos filhos e as habilidades sociais predizem os problemas de comportamento das crianças. Os resultados deste estudo contribuem para a compreensão dos processos que estão na base do desenvolvimento da competência social das crianças com um passado de adversidade que são posteriormente adotadas.

*Palavras-chave:* competência social, crianças adotadas, idade escolar, reações parentais

## **Abstract**

Social competence is often identified as a vulnerable area in the adopted child's development. This study aims to characterize school-aged adopted children's social competence and identify which variables concerning the child, the parents and the parent-child interaction, in particular the parental reactions to the child's negative emotions, are predictors of social competence. One hundred and nineteen adoptive parents of children aged between 8 and 11 years participated in this study. Children's social competence and parent's reactions to the child's negative emotions were evaluated, respectively, through the SSIS-RS and the CNNES. The results show that adopted children have adequate social skills but exhibit externalizing problems and hyperactivity and attention deficit, particularly the boys. Adverse experiences prior to adoption, parents' schooling, parent's reactions to the child's negative emotions and the child's behavioural problems are predictors of the adopted child's social competence. These findings contribute to the understanding of the processes that underlie the development of social competence in children with a history of adversity who are subsequently adopted.

*Keywords:* social competence, adopted children, school-age, parental reactions

## Introdução

Um grande número de crianças em idade escolar não cresce em contextos familiares convencionais, como é o caso das crianças que foram adotadas (Palacios, Moreno, & Román, 2013). A investigação desenvolvida no âmbito da psicologia e da psicopatologia do desenvolvimento tem-se preocupado em estudar o impacto da adoção nas trajetórias desenvolvimentais de crianças com história de adversidade precoce, como as que posteriormente são adotadas (Palacios & Brodzinsky, 2010). Estes estudos têm incidido, sobretudo, no crescimento físico, no desenvolvimento cognitivo e académico e no comportamento. No entanto, pouco se conhece acerca da competência social destas crianças e da sua integração no grupo de pares (Palacios et al., 2013). Adicionalmente, a investigação tem-se focado mais nas crianças adotadas do que nos pais adotivos ou no conjunto da família, pelo que pouco se sabe sobre os processos familiares na adoção (Palacios, 2010). O presente estudo incide na relação entre a criança adotada e a sua família e procura analisar de que modo o comportamento dos pais, mais concretamente as suas reações às emoções negativas dos filhos, se relaciona com a competência social das crianças adotadas.

### 1. Competência Social

As habilidades sociais são "*comportamentos específicos que o indivíduo exhibe para desempenhar uma tarefa (de natureza social) de modo competente*" (Gresham, 1986, p. 4). Estes comportamentos são aprendidos e socialmente aceites e permitem ao indivíduo interagir com os outros de forma positiva (Gresham, Elliott, Vance, & Cook, 2011). O desenvolvimento adequado das habilidades sociais revela-se fundamental, sendo que as crianças que apresentam défices nesta área estão em maior risco de problemas socioemocionais e académicos (Gresham et al., 2011). Estes défices nas habilidades sociais podem dever-se a défices na sua aquisição, no seu desempenho e/ou ao facto de as crianças deterem padrões de comportamento externalizador ou internalizador que interferem ou impedem a aquisição/desempenho das habilidades sociais (Gresham, Elliott, & Kettler, 2010). Deste modo, segundo estes autores, a avaliação do comportamento social individual

da criança pressupõe a avaliação da presença de habilidades sociais e da ausência de problemas de comportamento.

Por sua vez, a competência social não se refere só aos *comportamentos específicos* do indivíduo mas também à avaliação que os agentes sociais fazem do modo mais ou menos adequado de como este desempenhou determinada tarefa social (Gresham, 1986). A definição de competência social relaciona-se com a validação social, na medida em que um comportamento pode ser considerado socialmente competente se é reconhecido como tal pelos parceiros de interação (Gresham, 1986). As crianças com uma baixa competência social apresentam dificuldades no desenvolvimento e manutenção de relacionamentos interpessoais significativos, em exibir padrões de comportamentos pró-sociais e em ser aceites pelos pares. A médio e/ou longo prazo o seu funcionamento nos domínios educacional, psicossocial e vocacional pode ficar comprometido (Gresham et al., 2010).

### **1.1. A competência social das crianças adotadas**

As crianças adotadas são crianças com um passado e uma carga genética mais ou menos desconhecida e, frequentemente, têm uma história de maus-tratos e institucionalização/acolhimento, de maior ou menor duração, e em condições de qualidade variável e, muitas vezes, pautadas por défices de estimulação (Palacios, 2010). Estas experiências adversas poderão ter um impacto negativo no desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional da criança adotada (Juffer et al., 2011; Palacios, 2010; Vorria et al., 2006). Um tipo de experiência adversa que tem vindo a ser associada a mais consequências negativas para o desenvolvimento da criança é a negligência (Pears & Fisher, 2005). As crianças negligenciadas estão em maior risco de ter problemas de internalização e externalização e, consequentemente, atrasos ao nível do desenvolvimento da competência socioemocional. (Stoltenborgh, Bakermans-Kranenburg, & van IJzendoorn, 2013). Viesel, Lowell, Davis, e Castillo (2014) verificaram que as crianças negligenciadas tinham um comportamento menos adaptativo, ao nível da comunicação e habilidades sociais, quando comparadas com crianças vítimas de abuso. Tan (2006) verificou que raparigas adotadas internacionalmente com uma história de negligência na infância apresentavam menor desempenho académico e competência em geral, na idade escolar. A criança que foi adotada pode ter sido exposta a experiências de negligência na família biológica, sendo que a própria experiência de acolhimento institucional tem sido reconhecida como uma outra experiência de negligência, desta vez estrutural (Mccall, van



Ijzendoorn, Juffer, Groark, & Groza, 2011), face aos cuidados pouco individualizados que as crianças recebem neste contexto.

Para além das experiências anteriores à adoção, o desenvolvimento da criança adotada também pode ser influenciado pelas experiências pós-adoção, nomeadamente pelas características da família adotiva, pelas interações que ocorrem dentro e fora da família adotiva e pela crescente compreensão que a criança adquire do seu estatuto de adotada (Juffer et al., 2011). A qualidade do ambiente familiar adotivo pode permitir a recuperação de determinadas áreas do desenvolvimento da criança, sendo reconhecida atualmente como uma intervenção natural de sucesso (van Ijzendoorn & Juffer, 2006)

Afastando-se do paradigma clínico, considerado demasiado redutor, no estudo do funcionamento e ajustamento psicológico das crianças adotadas, os investigadores dos anos 1980/90 abordaram a criança adotada comparando-a com a criança não-adotada, ambas inseridas na comunidade (Palacios & Brodzinsky, 2010). Os resultados destes estudos libertaram a criança adotada do estigma da patologia, contrariando o “síndrome da criança adotada”, na medida em que apontam para um perfil não uniforme nem problemático (Sharma, McGue, & Benson, 1998).

Outros estudos indicam uma maior proporção de adotados entre a população clínica, sobretudo crianças que experienciaram maior adversidade antes da adoção. É indicado uma maior prevalência de problemas de externalização (Juffer et al., 2011; Sánchez-Sandoval & Palacios, 2012), problemas de internalização, problemas de atenção, incluindo hiperatividade e défice de atenção (Juffer et al., 2011) e dificuldades no ajustamento à escola (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005). Brodzinsky, Schechter, Braff, e Singer (1984) verificaram que as crianças adotadas, quando comparadas com os seus pares não-adotados, apresentavam mais problemas psicológicos e de comportamento, relacionados com a escola, menor competência social e menor desempenho académico. Brodzinsky, Radice, Huffman, e Merkler (1987) reanalisaram estes dados e verificaram que os rapazes adotados apresentavam mais sintomas de hiperatividade e dificuldades de comunicação do que os rapazes não adotados, enquanto as raparigas adotadas manifestavam mais sintomas depressivos, de hiperatividade e agressividade, do que as raparigas não adotadas. Na mesma linha, e partindo dos relatos dos pais, Simmel, Brooks, Barth, e Hinshaw (2001) evidenciaram que 29.9% das crianças e adolescentes adotados do seu estudo apresentava sintomatologia externalizadora, nomeadamente problemas de hiperatividade e défice de atenção e/ou um padrão de comportamentopositor-desafiante.

Assumindo um novo paradigma de investigação no qual as crianças adotadas não são apenas comparadas às crianças não adotadas, mas também às crianças institucionalizadas, Palacios e Sánchez-Sandoval (2005) verificaram que as crianças adotadas revelam uma integração adequada nas suas famílias e escolas, demonstram um bom ajustamento psicológico e apresentam níveis de desenvolvimento psicológico próximos do dos seus pares não adotados (sobretudo as crianças que foram adotadas à nascença ou no seu primeiro ano de vida). No entanto, à medida que aumenta a idade com que a criança é adotada, a presença de problemas de ajustamento também aumenta, ainda que os grupos de crianças adotadas e não adotadas continuem a ser mais similares que diferentes no seu padrão de ajustamento e desenvolvimento. Quando se verificam diferenças, estas são de baixa a média magnitude e ocorrem frequentemente na hiperatividade-desatenção e no ajustamento escolar. Sánchez-Sandoval e Palacios (2012) observaram que as crianças adotadas se assemelham aos seus pares não adotados, exceto por apresentarem mais problemas emocionais e comportamentais, nomeadamente ao nível da hiperatividade e défice de atenção. Mais uma vez, verificaram que as crianças institucionalizadas eram as que tinham menor competência social. Os estudos que integram crianças adotadas e institucionalizadas permitem não só demonstrar que a adoção é um fator protetor no desenvolvimento da criança, como também evidenciam que a idade de adoção da criança e as suas experiências de vida prévias estão associadas a mais problemas, o que constitui uma evidência frequentemente reportada pela investigação na adoção (e.g. Tan, 2006; Vorria et al., 2006).

## **2. Fatores Preditores do Desenvolvimento da Competência Social**

O desenvolvimento da competência social é influenciado, quer por fatores intrapessoais, ou seja, pelas características individuais da criança, quer por fatores interpessoais/contextuais (Denham, 2007). Tipicamente a família é o primeiro contexto de socialização da criança, onde esta vai desenvolver a competência social e emocional, sendo os pais os primeiros agentes socializadores (Denham, 2007). No caso das crianças adotadas isto pode não se verificar, já que muitas vezes foram os pares da instituição a cumprir esse papel socializador na ausência de uma figura adulta privilegiada (Palacios, 2010). Com a adoção, a criança vai estabelecer novas relações de vinculação e as interações ocorridas

dentro da família podem funcionar como promotoras do seu desenvolvimento e permitir a recuperação das áreas desenvolvimentais deficitárias, nomeadamente da competência social (Palacios, 2010; Sánchez-Sandoval & Palacios, 2012).

### **2.1. Comportamentos parentais promotores da competência social**

Diferentes variáveis do funcionamento parental têm-se associado ao desenvolvimento da competência social dos filhos, tendo sido identificados, entre outros, os comportamentos parentais socializadores das emoções que dizem respeito às reações dos pais às emoções dos filhos, à discussão parental acerca das emoções e à expressão emocional dos pais (Eisenberg, Cumberland, & Spinrad, 1998). A meta-emoção é um comportamento parental socializador das emoções. Gottman, Katz, e Hooven (1997) introduziram o conceito de meta-emoção que integra as emoções e as cognições, filosofias e metáforas dos pais acerca das emoções. Os autores referem a existência de uma estrutura meta-emocional que consiste num *“conjunto organizado e estruturado de emoções e cognições acerca das emoções, tanto dos próprios, como dos outros”* (Gottman et al., 1997, p. 7) e que corresponde à consciência que os pais têm das suas próprias emoções e das emoções dos filhos e ao modo como educam a criança a este nível (Cruz, 2013). Uma abordagem educativa das emoções implica ter consciência das emoções de baixa intensidade, suas e dos filhos, considerar a expressividade emocional das crianças um momento de intimidade e aprendizagem, ajudar os filhos a identificar os seus estados emocionais e a atribuir-lhes um nome e um significado, validar as emoções da criança e ajudá-la a encontrar estratégias para lidar com essas emoções (Cruz, 2013). Os pais que agem neste sentido possuem uma elevada inteligência emocional, consciência emocional, empatia e capacidade para pensar acerca das emoções e de as regular (Cruz, 2013; Greenberg, 2002).

Perante as emoções negativas dos filhos, os pais podem adotar uma postura negativa, de desvalorização/supressão ou de apoio/orientação. As duas primeiras posturas associam-se a dificuldades de regulação emocional nas crianças e sugerem as dificuldades dos próprios pais a este nível. Por sua vez, com uma postura apoiante face às emoções negativas dos filhos, os pais ensina-os a lidar com as emoções (Cruz, 2013). Gottman e colaboradores (1996, 1997) realizaram um estudo longitudinal e verificaram que os pais que orientavam as crianças nas suas emoções negativas aos cinco anos, tinham filhos com maiores níveis de regulação emocional e maior competência social aos oito anos.

Fabes, Poulin, Eisenberg, e Madden-Derdich (2002) estudaram as reações dos pais às emoções negativas dos filhos como indicador da meta-emoção parental. Os autores consideram que os pais podem manifestar seis tipos de reações quando são confrontados com as emoções negativas dos filhos. Essas reações podem ser positivas, incluindo reações de resolução, de distração (ou descentração) e de encorajamento, ou negativas, envolvendo reações de minimização, de punição, e de aborrecimento (Alves & Cruz, 2011; Fabes et al., 2002). Fabes e colaboradores (2002) verificaram que a competência emocional das crianças estava positivamente relacionada com reações parentais apoiantes (de resolução e distração/descentração) e inversamente relacionada com o aborrecimento dos pais. Num estudo com crianças em idade escolar, Eisenberg, Fabes e Murphy (1996) verificaram que as mães que usam reações de resolução tinham crianças com uma maior competência social, verificando-se correlações mais fortes nas raparigas do que nos rapazes. Por sua vez, as reações de minimização das mães e dos pais associaram-se a níveis mais baixos de competência social dos filhos, ainda que os resultados para os pais fossem pouco significativos. Alves e Cruz (2011) num estudo com uma amostra portuguesa em idade escolar, verificaram que, quando as mães reagem com aborrecimento ou punição, os filhos são avaliados pelas professoras como apresentando mais problemas de comportamento e menor autocontrolo. Por outro lado, quando as mães manifestam reações de resolução, as crianças são avaliadas pelas professoras como apresentando maior competência académica. Neste estudo, as mães dos rapazes apresentaram mais frequentemente reações de punição e aborrecimento face às emoções negativas dos filhos do que as mães das raparigas. A escolaridade das mães associou-se negativamente com as reações de aborrecimento e positivamente com as reações de resolução.

Em suma, os estudos com famílias convencionais apontam para o facto de que os pais que apoiam as emoções negativas dos filhos fomentam o desenvolvimento de estratégias de regulação emocional nas crianças, contribuindo para o desenvolvimento da sua competência social e emocional. Não foram encontrados estudos em torno das reações parentais às emoções negativas dos filhos em famílias adotivas, não existindo argumentos que sustentem que estes processos serão diferentes nestas famílias. Assim, o presente estudo tem como objetivos caracterizar a perceção dos pais adotivos acerca da competência social das crianças adotadas de idade escolar, caracterizar as reações parentais às emoções negativas dos filhos adotados e identificar que variáveis relativas às crianças, aos pais e à interação pais-filhos são preditores da competência social da criança adotada.

## Estudo empírico

### 1. Método

#### 1.1. Participantes

Participaram neste estudo 119 pais adotivos do Norte e Centro de Portugal, 56 do sexo masculino (47.1%) e 63 do sexo feminino (52.9%), com idades compreendidas entre os 33 e os 59 anos ( $M = 45.82$ ,  $DP = 5.00$ ). A maior parte das famílias (92%) é biparental e apenas 8% é monoparental. Os anos de escolaridade dos pais variam entre um e 23 anos ( $M = 12.09$ ,  $DP = 5.06$ ).

De entre as 119 crianças adotadas pelos pais participantes, 62 são do sexo masculino (52.1%) e 57 são do sexo feminino (47.9%). A idade varia entre os oito e 11 anos ( $M = 8.99$ ,  $DP = 0.85$ ) e os anos de escolaridade entre dois e cinco anos ( $M = 3.59$ ,  $DP = 0.79$ ). Por sua vez, a idade com que as crianças foram adotadas varia entre os dois meses e os sete anos ( $M = 3.57$ ,  $DP = 0.78$ ), sendo que o tempo de adoção varia entre dois e nove anos ( $M = 5.67$ ,  $DP = 1.99$ ). No que toca às experiências prévias à adoção, o tempo de permanência na família biológica varia entre zero e 72 meses ( $M = 14.76$ ,  $DP = 18.76$ ), verificando-se que 26.9% das crianças não tiveram qualquer experiência junto da família biológica ( $n = 32$ ), 18.5% experienciaram abandono ( $n = 22$ ), 42.9% foram negligenciadas ( $n = 51$ ) e 9.2% foram vítimas de maus-tratos ( $n = 11$ ). Em três casos (2.5%), os pais adotivos desconheciam o tipo de experiências que as crianças tinham tido na família biológica. O número de contextos de vida por que estas crianças passaram, incluindo a família adotiva, variou entre dois e cinco contextos ( $M = 2.84$ ,  $DP = 0.71$ ). Oitenta e nove por cento das crianças residiram em instituições e 11% em famílias de acolhimento. O tempo total de acolhimento, em instituições e/ou famílias de acolhimento, variou entre dois e 66 meses ( $M = 23.44$ ,  $DP = 15.61$ ).

#### 1.2. Instrumentos

A meta-emoção parental foi avaliada através do questionário Reações Parentais às Emoções Negativas dos Filhos (RPEN; Alves & Cruz, 2011) que é a versão portuguesa da *Coping with Children's Negative Emotions Scale* (CCNES; Fabes, Eisenberg, & Bernzweig, 1990) e mede as reações parentais às emoções negativas dos seus filhos

quando estes se deparam com situações perturbadoras. São apresentadas aos pais 12 vinhetas com cenários hipotéticos que correspondem a situações comuns do dia-a-dia das crianças. Para cada vinheta há seis respostas possíveis (o que totaliza 72 itens), sendo solicitado aos pais que estimem a probabilidade de apresentarem cada resposta utilizando uma escala que varia entre 1 (*Nada Provável*) e 7 (*Muito Provável*). As seis respostas representam, teoricamente, formas distintas de responder às emoções negativas da criança e correspondem às seis subescalas que apresentam valores de consistência interna razoáveis a elevados: (1) Resolução (centrada no problema, reflete em que medida os pais ajudam o filho a resolver o problema que o perturbou;  $\alpha = .83$ ); (2) Distração/descentração (centrada nas emoções, reflete em que medida os pais respondem com estratégias que ajudam a criança a sentir-se melhor, ou seja, confortam ou distraem a criança;  $\alpha = .89$ ); (3) Encorajamento (reflete em que medida os pais aceitam e encorajam os filhos a expressarem as suas emoções negativas;  $\alpha = .82$ ); (4) Minimização (reflete em que medida os pais minimizam a seriedade das reações emocionais dos seus filhos ou desvalorizam a situação;  $\alpha = .87$ ); (5) Punição (reflete em que medida os pais usam punição verbal para controlar a expressão das emoções negativas dos seus filhos;  $\alpha = .81$ ); e (6) Aborrecimento (reflete em que medida os pais ficam perturbados quando os filhos exprimem emoções negativas;  $\alpha = .75$ ). As três primeiras subescalas constituem a escala Reações Positivas ( $\alpha = .94$ ) e as três últimas compõem a escala Reações Negativas ( $\alpha = .93$ ).

A competência social das crianças foi avaliada através da Escala de Habilidades Sociais e Problemas de Comportamento - versão para Pais (EHSPC-P; Soares, Barbosa-Ducharne, Lemos, & Cruz, 2012), que é a versão portuguesa do *Social Skills Improvement System - Rating Scales* (SSIS-RS - versão pais, Gresham & Elliott, 2008). Trata-se de um questionário de autorrelato que avalia a perceção dos pais acerca da competência social dos seus filhos em dois domínios: habilidades sociais e problemas de comportamento. Os pais indicam com que frequência a criança apresenta cada habilidade social e problema de comportamento, numa escala de 4 pontos: 0 (*Nunca*); 1 (*Poucas vezes*); 2 (*Algumas vezes*); 3 (*Muitas vezes*). A escala Habilidades Sociais ( $\alpha = .94$ ) inclui as subescalas comunicação ( $\alpha = .77$ ), cooperação ( $\alpha = .83$ ), assertividade ( $\alpha = .68$ ), responsabilidade ( $\alpha = .84$ ), empatia ( $\alpha = .83$ ), envolvimento ( $\alpha = .79$ ) e autocontrolo ( $\alpha = .84$ ). Por sua vez, a escala Problemas de Comportamento ( $\alpha = .90$ ) é constituída pelas subescalas externalização ( $\alpha = .86$ ), *bullying* ( $\alpha = .76$ ), hiperatividade/défice de atenção ( $\alpha = .85$ ), internalização ( $\alpha = .69$ ) e espectro do autismo (não usada neste estudo).

### **1.3. Procedimentos**

Um protocolo específico de colaboração assinado entre o ISS, IP e a FPCEUP permitiu fazer o levantamento, em serviços de adoções do Norte e Centro do país, do número de crianças adotadas dentro dos critérios da amostra: crianças com idade atual entre 8 e 10 anos, adotadas há pelo menos um ano. Um primeiro contacto foi realizado por técnicos do ISS, IP, solicitando a participação das famílias no estudo, bem como a autorização para serem contactadas pela equipa de investigação, garantindo assim a confidencialidade e o anonimato das famílias que não quiseram participar. A recolha de dados foi levada a cabo por um grupo de 12 investigadoras que receberam previamente formação específica para participar no projeto de investigação mais abrangente (Soares, Barbosa-Ducharne, & Palacios, 2013) e decorreu entre março de 2013 e setembro de 2014 no domicílio das famílias. Os pais assinaram um consentimento informado onde manifestaram a sua participação voluntária e autorizaram a participação dos seus filhos (embora não sejam reportados neste estudo dados dos mesmos).

Os dados recolhidos foram analisados através do *Statistical Package for Social Sciences*, versão 21.0 para *Windows*. Os procedimentos estatísticos incluíram a análise estatística descritiva através de medidas de tendência central, medidas de dispersão e frequências. Procedeu-se também à comparação de médias através do teste *t* de *Student*, à comparação de grupos recorrendo à análise de variância a um fator, One-Way ANOVA, à análise da associação entre variáveis através do coeficiente *r* de *Pearson* e à análise de preditores utilizando regressões lineares múltiplas. Todas as variáveis foram exploradas em termos do estudo da normalidade e dos pressupostos inerentes aos testes estatísticos usados.

## **2. Resultados**

### **2.1. Perceção dos pais adotivos acerca da competência social dos filhos adotados**

Na Tabela 1 são apresentadas as medidas descritivas de todas as subescalas da EHSPC-P. A análise dos resultados revelou que as crianças adotadas são percecionadas pelos pais como tendo problemas de externalização e de hiperatividade/défice de atenção superiores aos valores médios de referência. Consequentemente, a média da escala global de problemas de comportamento também se encontra acima destes valores. Todas as

habilidades sociais e os restantes problemas de comportamento encontram-se dentro dos limites médios. Note-se que não existem normas aferidas para a população portuguesa, pelo que se utilizaram as normas originais do instrumento para comparação (Gresham & Elliott, 2008). Nas análises subsequentes apenas serão usadas as duas escalas globais da EHSPC-P: habilidades sociais e problemas de comportamento.

“Inserir Tabela 1”

Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre rapazes e raparigas na escala global de problemas de comportamento,  $t(117) = 2.29$ ,  $p = .020$ ,  $d = 0.42$ , IC a 95% [0.73; 10.19], com os rapazes ( $M = 32.15$ ,  $DP = 12.49$ ) a obterem médias significativamente superiores às raparigas ( $M = 26.68$ ,  $DP = 13.58$ ). No entanto, rapazes e raparigas não diferem significativamente nas habilidades sociais.

A escala global de habilidades sociais correlaciona-se positivamente com a idade da criança e negativamente com a escolaridade dos pais e com os problemas de comportamento. A escala global de problemas de comportamento correlaciona-se positivamente com o tempo de acolhimento. A Tabela 2 apresenta as correlações entre as variáveis estudadas.

“Inserir Tabela 2”

Encontraram-se diferenças estatisticamente significativas nas habilidades sociais entre as crianças que experienciaram negligência enquanto residiam com a família biológica e as que tiveram outro tipo de experiências,  $t(117) = -2.55$ ,  $p = .012$ ,  $d = 0.47$ , IC a 95% [-13.94; -1.75]. As crianças que foram negligenciadas ( $M = 99.69$ ,  $DP = 17.53$ ) obtiveram médias significativamente inferiores às das crianças que tiveram outro tipo de experiências na família biológica ( $M = 107.53$ ,  $DP = 15.89$ ).

## **2.2. Reações parentais às emoções negativas dos filhos**

A Tabela 3 apresenta as intercorrelações e as medidas descritivas das escalas e subescalas da RPEN. Os pais deste estudo apresentam mais frequentemente reações positivas do que reações negativas, às emoções dos filhos. A diferença entre as médias destas reações é significativa e com uma magnitude de efeito muito elevada,  $t(118) = 19.80$ ,  $p < .001$ ,  $d = 3.65$ , IC a 95% [1.67; 2.04]. A análise descritiva das subescalas permite verificar que as reações de resolução e distração/descentração são as mais reportadas pelos pais e as reações de aborrecimento e de punição são as menos referidas. As subescalas do RPEN apresentam correlações altas entre si, verificando-se que as



correlações são mais elevadas entre as subescalas de reações positivas, por um lado, e negativas, por outro, do que entre as subescalas positivas e negativas. Além disso, à exceção da subescala reações de aborrecimento, as subescalas positivas e negativas intercorrelacionam-se positivamente entre si, o que é indicador de que estas reações co-existem. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Alves e Cruz (2011). Nas análises seguintes serão apenas usadas as duas escalas – reações positivas e reações negativas.

#### “Inserir Tabela 3”

Não se verificaram diferenças nas reações parentais em função do sexo da criança. No entanto, observaram-se diferenças significativas entre pais e mães no tipo de reações às emoções negativas dos filhos, com as mães a manifestarem mais reações positivas do que os pais,  $t(117) = -2.51, p = .013, d = 0.46$ , IC a 95% [-0.83; -0.98].

Verifica-se que quanto mais reações positivas os pais usam: menos tempo a criança esteve em acolhimento, mais nova foi adotada, maior o tempo de adoção, menor o número de contextos de desenvolvimento e menor a escolaridade dos pais. Da mesma forma, quanto mais reações negativas os pais utilizam: mais cedo a criança foi adotada, maior o tempo de adoção, menor número de contextos de desenvolvimento e menor a escolaridade dos pais. Estas correlações são fracas (ver Tabela 2).

Não foram observadas diferenças significativas nas reações parentais positivas em função do tipo de experiências das crianças adotadas na família biológica. Por outro lado, a análise de variância a um fator indicou existirem diferenças significativas nas reações parentais negativas em função das experiências da criança na família biológica,  $F(3,112) = 4.08, p = .009$ . Dado não existir homogeneidade de variâncias, utilizou-se o teste *Welch* e o teste post-hoc *Games-Howell*. A análise de variância revelou que os pais manifestam mais reações negativas às emoções negativas dos filhos que não tiveram experiências na família biológica ( $M = 3.61, DP = 1.22$ ) do que às emoções negativas das crianças que foram vítimas de maus-tratos, ( $M = 2.58, DP = 0.67$ ). Esta diferença é estatisticamente significativa,  $p = .007$ , IC a 95% [0.23; 1.84].

### **2.3. Relação entre as reações parentais e a competência social das crianças adotadas**

As reações parentais positivas não se correlacionam com as variáveis da competência social do estudo (habilidades sociais e ausência de problemas de

comportamento). Por outro lado, as respostas negativas dos pais às emoções negativas dos filhos correlacionam-se de forma negativa com as habilidades sociais e de forma positiva com os problemas de comportamento (ver Tabela 2)

#### **2.4. Preditores das habilidades sociais e problemas de comportamento da criança adotada**

Realizaram-se análises de regressão linear múltipla hierárquica para examinar quais as variáveis preditoras das habilidades sociais e dos problemas de comportamento das crianças adotadas. Os resultados encontram-se na Tabela 4. Analisaram-se os pressupostos dos dois modelos, nomeadamente, a distribuição normal e homogeneidade dos erros (validados graficamente), a independência dos erros (estatística de *Durbin Watson* = 1.42, para o modelo das habilidades sociais; estatística de *Durbin Watson* = 1.57, para o modelo dos problemas de comportamento), e a multicolinearidade (validada através dos valores de tolerância, não havendo variáveis colineares).

O modelo final de regressão linear hierárquica das habilidades sociais incluiu quatro variáveis introduzidas pela seguinte ordem: negligência ( $\beta = -.15, p = .03$ ), variável do passado da criança; escolaridade dos pais ( $\beta = -.25, p = .002$ ), variável parental; reações parentais negativas ( $\beta = -.21, p = .009$ ), variável de interação pais-filhos; e problemas de comportamento ( $\beta = -.53, p < .001$ ), variável da criança. Estes quatro preditores em conjunto explicam 48% da variabilidade observada nas habilidades sociais das crianças adotadas,  $F(4,113) = 27.47, p < .001$ . Por sua vez, no modelo de regressão linear hierárquica dos problemas de comportamento consideraram-se as seguintes variáveis: tempo de acolhimento, que constitui uma variável do passado da criança ( $\beta = .26, p < .001$ ); habilidades sociais, variável associada à criança adotada ( $\beta = -.55, p < .001$ ) e reações parentais negativas às emoções negativas dos filhos, variável associada à interação pais-filhos ( $\beta = .19, p = .008$ ). As três variáveis explicam 47% da variabilidade observada nos problemas de comportamento das crianças adotadas,  $F(4,113) = 35.90, p < .001$ .

“Inserir Tabela 4”

### **3. Discussão dos resultados**

O objetivo central desta investigação era estudar a competência social das crianças adotadas na perspectiva dos pais, focando nas habilidades sociais e na ausência de problemas de comportamento, e explorar os preditores desta, nomeadamente a importância das reações parentais às emoções negativas dos filhos. Os resultados revelaram que, se por um lado, as crianças adotadas detêm, em geral, um desenvolvimento adequado ao nível das habilidades sociais, por outro lado, apresentam mais problemas de externalização e hiperatividade e/ou défice de atenção, sobretudo os rapazes. Estes dados vão de encontro à literatura que refere que o perfil de funcionamento social de grande parte das crianças adotadas nem sempre é problemático, mas que existe um elevado número de crianças com problemas de externalização e hiperatividade e/ou défice de atenção (e.g. Sánchez-Sandoval & Palacios, 2012; Sharma et al., 1998; Simmel et al., 2001), particularmente as que experienciaram adversidade prévia à adoção. De facto, neste estudo, o passado da criança adotada revelou ter impacto no seu funcionamento atual, confirmando a investigação anterior que reporta que as experiências prévias à adoção prejudicam o desenvolvimento da criança (e.g. Sánchez-Sandoval & Palacios, 2012; Vorria et al., 2006). O tempo de acolhimento é preditor dos problemas comportamentais, observando-se que quanto mais tempo a criança esteve acolhida, maior a perceção parental de problemas de comportamento na criança. Verificou-se ainda que a negligência constitui um preditor das habilidades sociais, o que é consistente com investigação anterior (e.g. Stoltenborgh et al., 2013; Tan, 2006; Viesel et al., 2014). As crianças que experienciaram negligência, quando residiam com a família biológica, apresentam menos habilidades sociais do que as crianças que vivenciaram outro tipo de experiências. De acordo com Pears & Fisher (2005) as crianças adotadas, vítimas de negligência, apresentaram efeitos da experiência de *stress* tóxico, resultante da ativação prolongada do sistema de resposta ao *stress*, na ausência de relações protetoras, o que influencia diretamente o seu desenvolvimento socioemocional, tal como comprovam estes resultados.

Relativamente ao modo como os pais reagem às emoções negativas dos filhos, verifica-se que as figuras parentais reportam mais reações positivas do que negativas, observando-se que são as mães quem manifesta mais este tipo de reações. Ao contrário da evidência científica anterior (e.g. Alves & Cruz, 2011; Eisenberg et al., 1996), as reações positivas dos pais às emoções negativas dos filhos não revelaram ter qualquer impacto na competência social das crianças adotadas. Por sua vez, mais reações parentais negativas às emoções dos filhos são preditoras de menos habilidades sociais e mais problemas de

comportamento nas crianças adotadas. Estes resultados vão de encontro aos dados da investigação com crianças não adotadas (e.g., Alves & Cruz, 2011; Eisenberg et al., 1996) e mostram o impacto dos comportamentos parentais no desenvolvimento da competência social dos filhos, bem como o impacto negativo que advém de reagir de modo não construtivo às emoções negativas destes.

A escolaridade dos pais revelou ser preditor das habilidades sociais dos filhos – quanto maior a escolaridade menos habilidades sociais. Note-se que maior escolaridade dos pais também se relaciona com menos reações parentais positivas e negativas às emoções dos filhos, indicando que os pais com mais escolaridade são menos ativos a responder às emoções negativas dos filhos. Este baixo nível de orientação parental, perante as emoções negativas dos filhos, pode estar a contribuir para uma menor competência social das crianças adotadas.

. Finalmente, características da própria criança também se revelaram preditores da sua competência social. Verificou-se que menos habilidades sociais são preditores de mais problemas de comportamento e vice-versa. A falta de habilidades sociais das crianças, quer devido a falta de oportunidade para as adquirir, quer devido a uma inadequada exibição das mesmas, pode conduzir a problemas de ajustamento social ou mesmo psicopatologia grave (Gresham & Elliott, 2008; Gresham et al., 2010). Da mesma forma, os problemas de comportamento podem interferir/impedir a aquisição ou a manifestação das habilidades sociais (Gresham et al., 2010). Este dado comprova a importância de estudar estas duas variáveis quando se avalia competência social.

Apesar de algumas limitações, nomeadamente no que diz respeito à avaliação destes processos apenas na perspetiva parental, os resultados deste estudo contribuem para a compreensão dos processos que estão na base do desenvolvimento da competência social das crianças com um passado de adversidade e comprovam que esse desenvolvimento é influenciado quer por fatores intrapessoais, quer por fatores contextuais, sendo a família um fator determinante.

#### **4. Conclusão**

Este estudo pretende ser um contributo para a compreensão da competência social das crianças adotadas de idade escolar, uma vez que esta tem vindo a ser referida como

uma área vulnerável no desenvolvimento destas crianças, sobretudo as que experienciaram adversidade prévia à adoção. Uma das principais mais-valias deste trabalho é a avaliação da competência social através, não só dos problemas de comportamento, como também das habilidades sociais, o que permitiu averiguar que as crianças adotadas em geral apresentam adequadas habilidades sociais, apesar de terem mais problemas de externalização e hiperatividade e/ou défice de atenção, principalmente os rapazes. Uma das limitações deste estudo prende-se com a avaliação da competência social através de apenas um informante, os pais. Estudos posteriores deveriam obter também as perspetivas de outros informantes, nomeadamente professores e pares, de forma a compreender como é que outros agentes sociais, exteriores à família mas que convivem diariamente com as crianças, percecionam a adequação das habilidades sociais destas. A perspetiva da própria também deverá ser tida em conta na avaliação da competência social.

Este estudo permitiu também identificar diferentes preditores do desenvolvimento da competência social das crianças adotadas. Ao nível das variáveis relacionadas com a criança e com o seu passado, verificou-se que as experiências adversas prévias à adoção têm um impacto negativo no desenvolvimento da competência social, com a vivência de negligência na família biológica a predizer menos habilidades sociais e o tempo de acolhimento a predizer mais problemas de comportamento. Estes resultados demonstram a importância de identificar precocemente as crianças que estão em risco nos contextos onde estão inseridas e de encontrar soluções que permitam acelerar a colocação das crianças numa família. Verificou-se ainda que menos habilidades sociais é preditor de mais problemas de comportamento e vice-versa, o que mostra esta dupla dimensão do comportamento social individual.

No que concerne às variáveis parentais, observou-se que maior escolaridade dos pais é preditor de menos habilidades sociais das crianças adotadas. Este dado pode dever-se ao facto de neste estudo os pais com maior escolaridade serem menos ativos na abordagem educativa às emoções negativas das crianças. Em estudos futuros seria importante verificar se estes resultados se replicam e, caso se verifique, analisar se esta é uma especificidade das famílias adotivas.

Finalmente, quanto às variáveis da interação pais-filhos, mais reações parentais negativas às emoções negativas dos filhos é preditor de menos habilidades sociais e mais problemas de comportamento. Estes dados mostram que uma postura negativa e/ou de minimização das emoções negativas dos filhos tem um impacto negativo na competência

social das crianças adotadas. Este resultado é indicador do papel interventivo que a família, e principalmente a qualidade da relação pais-filhos, pode ter no desenvolvimento social da criança adotada. Estudos futuros poderiam analisar o valor preditor de outras variáveis, relacionadas com a adoção, na competência social das crianças adotadas, nomeadamente avaliar o eventual impacto da comunicação sobre a adoção na família, das atitudes que as crianças têm perante a adoção e do modo como lidam com as perdas associadas.

A partir destes resultados surgem algumas implicações para a prática de intervenção profissional junto de famílias adotivas. É um facto que as experiências na família adotiva podem contribuir para um desenvolvimento mais adequado e para colmatar algumas dificuldades das crianças adotadas. As crianças com história de adversidade precoce são frequentemente portadoras de problemas emocionais e de comportamento, hiperatividade e/ou défice de atenção, dificuldades escolares, entre outras, que se prolongam no tempo e que tornam necessário um acompanhamento profissional mais específico junto dos pais adotivos e da criança adotada. Neste sentido, são necessários serviços de pós-adoção com um papel mais efetivo no apoio às famílias adotivas.

Espera-se que este estudo contribua para a investigação acerca da adoção em Portugal e que seja um catalisador de uma intervenção mais eficaz junto das famílias adotivas.

## Referências bibliográficas

- Alves, D., & Cruz, O. (2011). Reações Parentais às Emoções Negativas dos filhos (RPEN): Um questionário de avaliação da meta-emoção parental. In A. S. Ferreira, A. Verhaeghe, D. R. Silva, L. S. Almeida, R. Lima, & S. Fraga (Eds.), *Actas do VIII congresso iberoamericano de avaliação/evaluación psicológica e XV conferência internacional avaliação psicológica: formas e contextos* (pp.1480-1492). Lisboa: SPP.
- Brodzinsky, D. M., Radice, C., Huffman, L., & Merkler, K. (1987). Prevalence of clinically significant symptomatology in a nonclinical sample of adopted and nonadopted children. *Journal of Clinical Child Psychology*, 16(4), 350-356. doi: 10.1207/s15374424jccp1604\_9
- Brodzinsky, D. M., Schechter, D. E., Braff, A. M., & Singer, L. M. (1984). Psychological and academic adjustment in adopted children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52(4), 582-590. Retirado de: <http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=buy.optionToBuy&id=1984-32713-001>
- Cruz, O. (2013). *Parentalidade*. Porto: Livpsic.
- Denham, S. A. (2007). Dealing with feelings: how children negotiate the world of emotions and social relationships. *Cognitive, Brain, Behaviour*, 11(1), 1-48. doi: 10.1207/s15566935eed1201\_1
- Eisenberg, N., Cumberland, A., & Spinrad, T. L. (1998). Parental socialization of emotion. *Psychological Inquiry*, 9(4), 241-273. doi: 10.1207/s15327965pli0904\_1
- Eisenberg, N., Fabes, R. A., & Murphy, B. C. (1996). Parents' reactions to children's negative emotions: relations to children's social competence and comforting behaviour. *Child Development*, 67, 2227-2247. doi: 10.1207/s15327965pli0904\_1
- Fabes, R. A., Eisenberg, N., & Bernzweig, J. (1990). *Coping with Children's Negative Emotions Scale (CCNES): Description and scoring*. Tempe, AZ: Arizona State University.
- Fabes, R. A., Poulin, R. E., Eisenberg, N., & Madden-Derdich, D. A. (2002). The *Coping with Children's Negative Emotions Scale (CCNES)*: psychometric properties and relations with children's emotional competence. In R. A. Fabes (Ed.), *Emotions and*

*the Family* (pp. 285-310). The Haworth Press, Inc.

- Gottman, J. H., Katz, L. F., & Hooven, C. (1996). Parental meta-emotion philosophy and the emotional life of families: theoretical models and preliminary data. *Journal of Family Psychology, 10*(3), 243-268. doi: [10.1037/0893-3200.10.3.243](https://doi.org/10.1037/0893-3200.10.3.243)
- Gottman, J. H., Katz, L. F., & Hooven, C. (1997). *Meta-emotion. How families communicate emotionally?*. NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Greenberg, L. S. (2002). *Emotion-focused therapy: coaching clients to work through their feelings*. Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Gresham, F. M. (1986). Conceptual and definitional issues in the assessment of children's social skills: Implications for classification and training. *Journal of Clinical Child Psychology, 15*(1), 3-15. doi: 10.1207/s15374424jccp1501\_1
- Gresham, F. M. & Elliott, S. N. (2008). *Social Skills Improvement System Intervention Guide manual*. Minneapolis, MN: Pearson Assessments.
- Gresham, F. M., Elliott, S. N., & Kettler, R. J. (2010). Base rates of social skills acquisition/performance deficits, strengths, and problem behaviors: An analysis of the Social Skills Improvement System – Rating Scales. *Psychological Assessment, 22*(4), 809–815. doi: 10.1037/a0020255
- Gresham, F. M., Elliott, S. N., Vance, M. J., & Cook, C. R. (2011). Comparability of the Social Skills Rating System to the Social Skills Improvement System: Content and psychometric comparisons across elementary and secondary age levels. *School Psychology Quarterly, 26*(1), 27-44. doi: 10.1037/a0022662
- Juffer, F., Palacios, J., Le Mare, L., Sonuga-Barke, E. J. S., Tieman, W., Bakermans-Kranenburg, ... & Verhulst, F. C. (2011). II. Development of adopted children with histories of early adversity. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 76*(4), 31-61. doi: 10.1111/j.1540-5834.2011.00627.x.
- Mccall, R. B., Ijzendoorn, M. H., Juffer, F., Groark, C. J., & Groza, V. K. (2011). Children without permanent parents: research, practice, and policy. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 76*(4), 223–272. doi: 10.1111/j.1540-5834.2011.00634.x



- Palacios, J. (2010). Familias adoptivas. In E. Arranz & A. Oliva (Eds.), *Diversidad familiar y desarrollo psicológico* (pp. 51-67). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Palacios, J., & Brodzinsky, D. (2010). Adoption research: Trends, topics and outcomes. *International Journal of Behaviour Development*, 34(3), 270-284. doi: 10.1177/0165025410362837
- Palacios, J., Moreno, C., & Román, M. (2013). Social competence in internationally adopted and institutionalized children. *Early Childhood Research Quarterly*, 28, 357-365. doi: 10.1016/j.ecresq.2012.08.003
- Palacios, J., & Sánchez-Sandoval, Y. (2005). Beyond adopted/non-adopted comparisons. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological issues in adoption: research and practice* (pp. 117-144). Westport, CT: Greenwood.
- Pears, K., & Fisher, P. A. (2005). Developmental, cognitive, and neuropsychological functioning in preschool-aged foster children: associations with prior maltreatment and placement history. *Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics*, 26(2), 112-122. doi:10.1097/00004703-200504000-00006
- Sánchez-Sandoval, Y., & Palacios, J. (2012). Problemas emocionales y comportamentales en niños adoptados e no adoptados. *Clínica y Salud*, 23(3), 221-234. doi: 10.5093/cl2012a14
- Sharma, A. R., McGue, M. K., & Benson, P. L. (1998). The emotional and behavioral adjustment of United States adopted adolescents: Part I. An overview. *Children and Youth Services Review*, 18, 83-100. doi: 10.1016/0190-749(95)00055-0
- Simmel, C., Brooks, D., Barth, R., & Hinshaw, S. P. (2001). Externalizing symptomatology among adoptive youth: Prevalence and preadoption risk factors. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 29(1), 57-69. doi: 10.1023/A:1005251513130
- Soares, J., Barbosa-Ducharne, M., Lemos, M., & Cruz, O. (2013). *Escala de Habilidades Sociais e Problemas de Comportamento – Versão para Pais (EHSPC-P)*. Versão para investigação não publicada. FPCEUP.
- Soares, J., Barbosa-Ducharne, M., & Palacios, J. (2013). *Predictors of social competence in school-age adopted children. Presentation of a research project*. Poster

apresentado na ICAR4 – Forth International Conference on Adoption Research. Bilbao, Espanha.

- Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & van IJzendoorn, M. H. (2013). The neglect of child neglect: a meta-analytic review of the prevalence of neglect. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 48, 345–355. doi: 10.1007/s00127-012-0549-y
- Tan, X. T. (2006). History of early neglect and middle childhood social competence: An adoption study. *Adoption Quarterly*, 9(4), 59-72. doi: 10.1300/J145v9n04\_04
- van IJzendoorn, M. H., & Juffer, F. (2006). The Emanuel Miller memorial lecture 2006: Adoption as intervention. Meta-analytic evidence for massive catch-up and plasticity in physical, socio-emotional and cognitive development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47, 1228-1245. doi: 10.1111/j.1469-7610.2006.01675.x
- Viezel, K. D., Lowell, A., Davis, A. S., & Castillo, J. (2014). Differential profiles of adaptive behavior of maltreated children. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 6(5), 574–579. doi: 10.1037/a0036718
- Vorria, P., Papaligoura, Z., Sarafidou, J., Kopakaki, M., Dunn, J., van IJzendoorn, M. H., & Kontopoulou, A. (2006). The development of adopted children after institutional care: a follow-up study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47(12), 1246–1253. doi:10.1111/j.1469-7610.2006.01666.x\_

Tabela 1

*Percepção Parental da Competência Social das Crianças Adotadas: Medidas Descritivas*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Valores médios de referência	Abaixo da média		Dentro da média		Acima da média	
				<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)
COM	16.74	2.98	13 - 19	11	(9.2)	92	(77.3)	16	(13.4)
COOP	13.47	3.07	10 - 16	11	(9.2)	91	(76.5)	17	(14.3)
ASS	16.18	3.04	12 - 18	9	(7.6)	76	(63.9)	34	(28.6)
RESP	13.02	3.39	10 - 16	16	(13.4)	83	(69.7)	20	(16.8)
EMP	14.82	2.88	10 - 17	7	(5.9)	88	(73.9)	24	(20.2)
ENV	17.53	3.11	12 - 19	6	(5.0)	79	(66.4)	84	(28.6)
AC	12.39	3.89	8 - 16	15	(12.6)	91	(76.5)	13	(10.9)
HS	104.17	16.99	75 - 121	10	(8.4)	90	(75.6)	19	(16.0)
EXT	13.13	6.29	1 - 12	1	(0.8)	56	(47.1)	62	(52.1)
BULL	2.47	2.41	0 - 3	-	-	89	(74.8)	30	(25.2)
HIP	10.86	4.74	1 - 9	-	-	47	(39.5)	72	(60.5)
INT	5.75	3.96	1 - 9	8	(6.7)	87	(73.1)	24	(20.2)
PC	29.53	13.25	3 - 33	1	(0.8)	77	(64.7)	41	(34.5)

*Nota.* As médias foram calculadas com base nos resultados brutos. Os valores médios de referência são apresentados em resultados brutos. COM = Comunicação; COOP = Cooperação; ASS = Assertividade; RESP = Responsabilidade; EMP = Empatia; ENV = Envolvimento; AC = Autocontrole; HS = Habilidades Sociais; EXT = Externalização; BULL = *Bullying*; HIP = Hiperatividade e déficit de atenção; INT = Internalização; PC = Problemas de Comportamento.

Tabela 2

*Correlações entre as Variáveis Sociodemográficas, Escalas da EHCPC-C e da RPEN*

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Tempo de acolhimento	1	.63***	.39***	-.53***				.30**	-.18*	
2. Idade de adoção		1	.67***	-.74***	.28**	.34***			-.26**	-.31**
3. N° Contextos Desenvolvimento			1	-.47***		.41***			-.19*	-.20*
4. Tempo de adoção				1	-.32***				.24**	.30**
5. Idade da criança					1		.25**			
6. Escolaridade Pais						1	-.28**		-.38***	-.37***
7. Habilidades Sociais							1	-.63***		-.25***
8. Problemas de Comportamento								1		.29**
9. Reações Positivas									1	.46***
10. Reações Negativas										1

*Nota.* \* $p < 0.05$ , \*\* $p < 0.01$ , \*\*\* $p < .001$

Tabela 3

*Intercorrelações entre as Subescalas do RPEN e Medidas Descritivas*

	2	3	4	5	6	7	8	<i>M</i>	<i>DP</i>	Min	Max
1.RAbo	.75***	.61***	.86***	.19*			.18*	2.76	0.94	1.17	5.67
2.RPun	1	.78***	.94***	.38***	.39***	.27**	.39***	2.91	1.15	1.00	6.80
3.RMin		1	.90***	.55***	.64***	.49***	.62***	3.87	1.19	1.00	6.58
4.RNeg			1	.43***	.46***	.35**	.46***	3.18	0.99	1.33	5.67
5.REnc				1	.71***	.68***	.88***	4.58	1.14	1.00	6.42
6.RDist					1	.82***	.94***	5.19	1.22	1.50	7.00
7.RRes						1	.91***	5.34	1.00	1.92	6.82
8.RPos							1	5.03	1.02	2.17	6.52

*Nota.* RAbo = Reação de Aborrecimento; RPun = Reação de Punição; RMin = Reação de Minimização; RNeg = Reações Negativas; REnc = Reação de Encorajamento; RDist = Reação de Distração/Descentração; RRes = Reação de Resolução; RPos = Reações Positivas.

\* $p < .05$ , \*\* $p < .01$ , \*\*\* $p < .001$

Tabela 4

*Regressões Lineares Hierárquicas: Preditores das Habilidades Sociais e Preditores dos Problemas de Comportamento das Crianças Adotadas*

Habilidades Sociais				
	$\Delta R^2$	$F$	$B$	$\beta$
Modelo 1				
Negligência	.05*	6.46	-7.88	-.23*
Modelo 2				
Negligência	.09**	6.71	-5.52	-.16**
Escolaridade do respondente			-0.80	-.24*
Modelo 3				
Negligência	.23***	12.80	-5.86	-.17*
Escolaridade do respondente			-1.30	-.39***
Reações negativas			-7.11	-.41***
Modelo 4				
Negligência	.48***	27.47	-5.04	-.15*
Escolaridade do respondente			-0.84	-.25**
Reações negativas			-3.55	-.21**
Problemas de comportamento			-0.68	-.53***
Problemas de comportamento				
	$\Delta R^2_a$	$F$	$B$	$\beta$
Modelo 1				
Tempo de acolhimento	.08**	11.58	0.26	.30**
Modelo 2				
Tempo de acolhimento	.44***	47.55	0.19	.23**
Habilidades sociais			-.472	-.61***
Modelo 3				
Tempo de acolhimento	.47***	35.90	0.22	.26***
Habilidades sociais			-0.43	-.55***
Reações negativas			2.58	.19**

Nota. \* $p < .05$ , \*\* $p < .01$ , \*\*\* $p < .001$ .